

Itinerários do liberalismo no Brasil (1831-1840).

SILVA, Karla de Oliveira e.¹ ; **BENTIVOGLIO**, Julio² .

Palavras-chave: Política, História, Partidos políticos, Sociedade, Cultura Política.

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa, desenvolvido sob a coordenação do professor doutor Julio Bentivoglio destinou-se a avaliar, dentro de uma perspectiva orientada pela nova história política, tanto a problemática em torno deste novo campo, seus novos conceitos e referenciais teóricos, quanto realizar um estudo nesse sentido, tomando a história do Brasil Império e, especificamente um objeto em particular: o liberalismo.

Percebemos que estudo das idéias liberais no Brasil tem sido realizado há algum tempo e por diferentes autores. Assim podemos perceber que esse debate sempre procurou situar ou não a pertinência desse ideário no Brasil. Ou seja, verificar se as idéias estavam ou não no lugar. A partir dos estudos do professor Julio Bentivoglio e da leitura da bibliografia sobre o tema, procurou-se descortinar, sob uma outra perspectiva a presença do liberalismo no Brasil.

Embora seja um assunto já percorrido pela historiografia, acredito que ele ainda mereça novos olhares, especialmente, aqueles que procurem abordar o liberalismo relacionando-o com as práticas e a cultura política do período. No entanto, acreditamos que o decênio entre 1837 e 1847 seja bastante elucidativo, pois marca uma ruptura das forças políticas liberais, marcada pelo discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos que inaugura o *Regresso* conservador e, sem seguida a crise dos liberais pernambucanos que desembocará na Revolução Praieira, momento em que os liberais e o teor do liberalismo são potencializados

na arena e nos discursos políticos. Vale lembrar ainda os reveses dos liberais paulistas e mineiros nas *revoltas* de 1842.

Ao avaliar a cultura política do liberalismo no Brasil na virada para o Segundo Reinado a partir dos textos e discursos encontrados nos anais do Parlamento, Senado e do Conselho de Estado, fontes já coletadas e consultadas pelo professor Julio Benvivoglio em sua pesquisa de doutorado. A orientação teórica embasa-se na contribuição da hermenêutica alemã contemporânea, sobretudo Koselleck, Gadamer e Gumbrecht.

Falar do liberalismo no Brasil implica retomar o debate ocorrido no final dos anos 70, que colocou de um lado a perspectiva de que as idéias liberais eram um conjunto de idéias fora do lugar, posição defendida por Roberto Schwarz, em 1973, no seu artigo *As idéias fora do lugar* ¹, ou a de que eram idéias que estavam no lugar, de acordo com a perspectiva de Maria Sylvia de Carvalho Franco.²

Para Schwarz, ao contrário do que ocorrera na Europa, no Brasil o liberalismo não rompeu antigos laços e valores tradicionais na economia ou na política, em grande parte por causa da existência da escravidão e ao que este autor chama de política dos favores.³ Em suas palavras, “*adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor.* [grifos do autor]”⁴

¹ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, n.3, 1973, reproduzido como primeiro capítulo em *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998, p.13-28.

² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo: Brasiliense, n.1, 1976.

³ “o favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. Entretanto, não estávamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda linha, além de não termos sido propriamente feudais.” *Ibidem*, p.17.

⁴ *Ibidem*, p.17.

Enquanto na Europa o liberalismo era um conjunto de princípios mais ou menos coexo que correspondia às aparências e encobria a exploração do trabalho, no Brasil o escravismo escancarava a exploração, dando às idéias liberais um caráter de falsidade.⁵

Segundo Julio Benvoglio,

“Ao referirem-se às luzes ou ao liberalismo as elites brasileiras sabiam do que estavam falando e tinham um propósito quanto ao seu uso, algo que Schwarz percebeu. Era uma maneira de se notabilizarem, de se destacarem, de revelar erudição, condição essencial para caracterizar *status* social.”⁶

Na visão de Sérgio Adorno,

“de ideologia que havia sido (...) o liberalismo passa, na falta de outro termo, a senhor internacional numa variedade de prestígios com que nada tem a ver. Ao legitimar o arbítrio por meio de alguma razão ‘racional’, o favorecido conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor, que por sua vez não vê, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo.”⁷

Para Maria Sylvia, essa análise caracterizava as idéias liberais no Brasil como postizas e copiadas, algo que não correspondia à realidade. Para ela as idéias estavam no lugar. Ou seja o Brasil era tão liberal quanto a Europa ou os Estados Unidos. Para Paulo Arantes, isso correspondia à uma percepção dualista da realidade, algo típico nos estudos brasileiros.⁸ Não raro essas polaridades

⁵ Ibidem, p.14.

⁶ BENTIVOGLIO, Julio. BENTIVOGLIO, Julio C. *O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica imperial (1840-1860)*. São Paulo, 2002. Tese de doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, no segundo capítulo de sua tese este autor analisa o que denomina de as vicissitudes do liberalismo brasileiro, marcado por circunstâncias peculiares.

⁷ SCHWARZ, Roberto. op. cit., p.17.

⁸ Apud ARANTES, Paulo Eduardo. op. cit., p.47.

aparecem, como em Sérgio Buarque de Holanda (a cidade e o campo), Gilberto Freyre (casa grande e senzala), dentre outros. Maria Sylvia de Carvalho Franco acredita que a tese dualista foi o maior lugar comum da história intelectual brasileira, desde o romantismo e chegando até as teorias da dependência,

na idéia de que na metrópole reside o núcleo produtor das relações sócio-econômicas, do qual a colônia apenas repercutiria as determinações fundamentais. Segue-se daí o cortejo conhecido das noções bipolares: metrópole e colônia, atraso e progresso, desenvolvimento e subdesenvolvimento, tradicionalismo e modernização, hegemonia e dependência, etc. Só que agora o roteiro moderno do dualismo não comporta uma decantação que lhe invertesse os pressupostos. Assim, como todos os seus predecessores, insistindo na originalidade da combinação brasileira de capitalismo e escravidão, país colonial e país burguês, Roberto seria vítima da mesma miragem ao imaginar que uma 'diferença essencial' distingue as nações metropolitanas, sedes do capitalismo, núcleo hegemônico do sistema, dos povos coloniais, subdesenvolvidos e periféricos.⁹

Ainda segundo essa autora, a escravidão dificultou a formação das classes sociais no Brasil, permitiu o surgimento do clientelismo e de práticas clientelista, bem como afirmou procurou harmonizar as diferenças, construindo um conjunto de idéias comum, que seriam marcados pela presença das idéias liberais na realidade brasileira.

Sérgio Paulo Rouanet, em 1991, realizou uma defesa de Roberto Schwarz, que para ele teria sido mal interpretado, visto que sua expressão "idéias

⁹ Apud BENTIVOGLIO, Julio. Op. Cit, p.35.

fora do lugar” foi usada num sentido diferente¹⁰. Falar que as idéias estavam fora do lugar significa dizer que havia

um desajuste de princípio entre as relações sociais brasileiras no século passado e as idéias e instituições importadas da Europa. O desajuste não resultou da falta de autenticidade de nossas elites culturais, mas das circunstâncias objetivas nas quais o país acedeu à independência. O Brasil se tornou autônomo sem que mudasse a base econômica colonial. Conseqüentemente, passaram a coexistir estruturas sociais ‘atrasadas’, baseadas no trabalho escravo e no clientelismo, com formas ideológicas e institucionais ‘modernas’, de cunho iluminista e liberal (parlamentarismo, direitos humanos). Essas formas contradiziam aquelas estruturas, mas eram indispensáveis para a organização do novo Estado e para a legitimação das classes dominantes. Estas se viam e queriam ser vistas como modernas, por mais que derivassem sua existência de relações sociais arcaicas.¹¹

Rouanet evidencia que, na prática, as elites locais conviviam perfeitamente com a contradição pois estavam familiarizadas a elas, além de se beneficiar de qualquer uma das situações. Ou seja tanto os senhores rurais quanto os escravos agiam numa mesma lógica, procurando beneficiar-se dessas práticas aceitas. A isso Rouanet denomina de padrão da ‘volubilidade’, “a regra do capricho, da veleidade, pela qual a classe dominante invoca a norma e a

¹⁰ “O que Schwarz mostra é que a tese da imitação, parecendo crítica, é na verdade uma ideologia, que confunde causas e efeitos e escamoteia as relações de poder das quais emana. A miséria brasileira não está no transplante cultural, está na denúncia ‘ideológica’ do transplante cultural, está na ideologia da autenticidade cultural.” ROUANET, Sérgio Paulo. Contribuição para a dialética da volubilidade. *Revista USP*, n.9, 1991, p.182.

¹¹ *Ibidem*, p.176.

descumpre, comporta-se segundo sua conveniência, segundo a ética burguesa ou patriarcal”.¹²

Para Raimundo Faoro,

o liberalismo econômico não se caracterizou, ao ocupar as atenções, com o mercado livre, removendo as peias da regulamentação material da economia (...) A introdução do novo sistema econômico deveria, nesse quadro, ser promovida do alto, com a direção do estamento. O estamento, porém, era, na sua feição tradicional, incapaz de orientar medidas que lhe comprometiam o domínio social e político.¹³

Desse modo, era preciso conciliar essas idéias liberais com as especificidades da realidade brasileira, chamadas por Julio Benvivoglio de *império das circunstâncias*.

Marco Aurélio Nogueira também defende que as idéias não estavam fora do lugar. Para este autor, elas simplesmente adaptaram-se ao pensamento conservador brasileiro e às práticas políticas e sociais existentes. Assim talvez, isso explique o porque pareçam tão ambíguas ou contraditórias. Noções como liberdade, igualdade e propriedade, de fato são bastante estranhas numa sociedade marcada pela presença do negro escravo. Marco Aurélio mostra então que o liberalismo foi definido pelo “autoritarismo que ordenava as relações sociais e a política, escamoteava a questão social e a do indivíduo, podava seu impulso reformador em troca da moderação e da prudência.”¹⁴

Recentemente, Lúcia Maria P. Guimarães e Maria Emília Prado organizaram um livro sobre o liberalismo no Brasil, o que demonstra ainda o

¹² Ibidem.

¹³ FAORO, Raimundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, n.17, 1993, p.27.

¹⁴ NOGUEIRA, Marco A. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.66.

interesse sobre o tema.¹⁵ O artigo de Antônio Carlos Peixoto demonstra que o ponto básico do qual o liberalismo parte é então exatamente este: a tensão do indivíduo e o ordenamento exterior ao indivíduo que condiciona as ações desse mesmo indivíduo. Mas, o que define, antes de tudo, o liberalismo, a partir desta tensão é, então, a primazia da ação humana. Em outras palavras, no liberalismo existiria uma tensão entre os indivíduos e o Estado. Não por acaso, Benjamin Constant será um dos autores mais lidos no Brasil, pois defende a preeminência dos indivíduos detentores de cabedal político de evitarem uma restrição de sua liberdade realizada pelo Estado. Ou seja, a ação dos indivíduos motiva o ordenamento do Estado.¹⁶

Para que o ser humano seja capaz de um determinado tipo de ação, é preciso que ele esteja introduzido na ordem social e na ordem política, ou seja, na interação da esfera privada com a esfera pública. A questão central é a liberdade. É preciso que a situação individual seja uma situação de liberdade.¹⁷

Assim, pode-se perceber que antes, como depois de 1808, as obras típicas da Ilustração francesa não deixaram de infiltrar-se no Brasil. Um folheto de 1822, publicado no Rio de Janeiro, também afirmava que “os escritos filosóficos dos Mablys, dos Rainaes, dos Rousseaus, dos Voltaire, dos Dupradts”, introduzidos “pelas brechas feitas nas barreiras coloniais”, circulavam pelas mãos dos brasileiros.¹⁸

Homens ilustrados que estavam imbuídos do ideal reformador, mas que temiam o curso que adotara o processo político na França revolucionária. Considerados por alguns como conservadores, simpatizavam com o ideário de um liberalismo clássico, que conservava a figura do rei como representante da nação,

¹⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

¹⁶ PEIXOTO, Antônio Carlos Peixoto. Liberais ou Conservadores? In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.13.

¹⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos Peixoto. Liberais ou Conservadores? In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.14.

¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820 – 1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.80.

mas que negava que a soberania pudesse residir no povo. Ou seja, neste sentido, a conotação de liberalismo era mais moderada e conservadora, sendo um instrumento de equilíbrio de poderes; em especial, um meio de deter o avanço da autoridade das Cortes de Lisboa. Não por acaso,

os adeptos da moderação, também apelidados de chimangos, careciam de um programa definido, de documentos públicos sujeitos a verificação e registro. A par disso, não constituíam um grupo coeso, dotado de certa disciplina partidária, como os que existem nas formações contemporâneas¹⁹

Como se vê, ao referirem-se às luzes ou ao liberalismo as elites brasileiras sabiam do que estavam falando e adequavam seu uso à compreensão que tinham de sua realidade. Não só se diziam liberais para se sentirem importantes, para se aproximarem dos europeus, indicativo de status e cultura refinada, o faziam também porque agiam de acordo com alguns pressupostos do pensamento liberal, que defendia ardentemente os princípios de liberdade e propriedade. Princípios estes que por sua vez eram importantíssimos para os homens no século XIX, e também para os brasileiros.

Ao pesquisar esses temas tínhamos como objetivo compreender o liberalismo brasileiro durante o período regencial, momento em que os partidos políticos – liberal e conservador – ainda se encontravam em período de gestação.

Para tal vislumbra-se uma pesquisa de caráter bibliográfico que procure perceber as relações entre do pensamento liberal no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, detectando quais expoentes do pensamento liberal eram cultivados naquele momento e a materialização de suas idéias nas práticas

¹⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e Práticas Políticas no Período Regencial (1831 – 1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.105.

políticas brasileiras. Para Ilmar Mattos, os autores mais conhecidos e citados eram John Stuart Mill, Jeremy Bentham além de Malthus.

Em sua tese, Julio Bentivoglio demonstra ainda que o pensamento liberal americano, via federalistas também era cultivado. Nos desdobramentos da pesquisa, motivados pela leitura e discussão dos textos e fontes, bem como na compreensão do ideário liberal no Brasil, foi possível pensar o liberalismo não somente como um corpo de idéias que existia no Império, como muitos de seus preceitos foram exercitados pelos políticos brasileiros. No governo imperial pode-se perceber isso muito claramente, colocaram em prática os alicerces do pensamento liberal ao valorizar uma sociedade de cidadãos de mérito (diretamente relacionado com a posse de riqueza), restringindo a cidadania ao conjunto dos habitantes do Brasil e ao defender a propriedade privada.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi embasada pela leitura, fichamento e discussão da bibliografia existente sobre o tema, bem como também pudemos localizar em algumas fontes anteriormente consultadas pelo professor Julio Bentivoglio, a marca do liberalismo no discurso político do Império. Foi possível mapear os expoentes do pensamento liberal naquele momento, suas características e suas expressões em solo brasileiro. O método adotado foi o compreensivo, que procura através dos textos interpretar aquela realidade bem como a posição dos autores.

Um dos principais autores utilizados em nosso estudo foi Reinhart Koselleck. Ele publicou *Crítica e Crise* em 1959. Nesta obra, originalmente tese de doutorado defendida pelo autor em 1954, Koselleck analisa a relação entre a crise do Estado absolutista e a crítica do Iluminismo. Para isso se vale de autores que se tornaram clássicos do pensamento político e filosófico naquele contexto, embora não fique claro em que medida a recepção destas obras tivesse reverberado no Estado nem alcançado um público razoável, ou ainda que acolhida que tiveram nas diferentes cortes européias, algo que, a meu ver, parece ter sido

bastante desigual.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fica claro que a Inglaterra e o pensamento liberal inglês era o modelo mais importante, bem como seus autores eram bastante lidos pela elite política imperial brasileira. Embora não desprezassem, os autores e a cultura francesa.

Para Emília Viotti da Costa, após a independência, mantiveram-se algumas das tradições anteriores, em que os membros da elite eram “formados na ideologia da Ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais talhando para uso próprio uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática”²⁰

Assim, o próprio governo brasileiro, desde a emancipação sempre procurou adotar uma postura mais centralizadora, mais monárquica e menos federativa, como queriam os liberais. Ou seja, as elites “asseguram a manutenção de uma elite política que se perpetuou no poder graças a um sistema de clientela e patronagem.”²¹

A importância de estudarmos o período Regencial é que neste momento, quando os liberais chegam ao poder em 1834 e adotam o Ato Adicional com suas medidas mais liberais, criando as assembleias provinciais, extinguindo o Conselho de Estado, procurando efetivar uma administração mais descentralizadora, mais próxima de uma federação, os conservadores e a elite brasileira em geral se mobilizou e “parou o carro revolucionário”. É interessante notar que mesmo alguns liberais vão se direcionar ao conservadorismo, como Torres Homem, Feijó, Bernardo de Vasconcellos, etc.

²⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.9.

²¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.10.

No plano econômico, o que dava o tom para o liberalismo europeu era: a noção de equilíbrio comercial, os mercados auto-regulados, a defesa do Estado Constitucional e a adoção, já a partir da segunda metade do século XIX do padrão-ouro. Para José Luís Fiori,

“na contramão do liberalismo e do marxismo, ainda no século XIX, a ‘verdade produtivista’ do mercantilismo foi redescoberta pelo ‘protecionismo’ industrializante de Alexander Hamilton, e pelo ‘nacionalismo econômico’ de Friederich List e Max Weber, todos movidos pelo mesmo objetivo político: o fortalecimento dos seus Estados e capitalismos tardios frente ao capitalismo originário e imperial da Inglaterra de Smith, Ricardo e Marx.”²²

Ou seja, deixando de lado a política em que os princípios liberais postulavam a liberdade e a propriedade como fundamentos para o exercício do poder e como princípios políticos fundamentais, na economia as idéias liberais eram vistas com restrição. Elas tinham que se adequar aos interesses econômicos dos países.

4. CONCLUSÃO.

Uma das conclusões a que chegamos, portanto é de que a adoção e o uso que se fazia das idéias liberais ocorria, mas era feito com restrições, com uma filtragem. Um exemplo disso é que, apesar das pressões britânicas, como por exemplo para a extinção do tráfico de escravos, o governo imperial brasileiro ofereceu resistências e só aboliu o tráfico em 1850, além de só extinguir a escravidão em 1888, contrariando princípios básicos do liberalismo.

Outra conclusão trazida das leituras e das discussões é de que a adesão ao liberalismo e o fato dos membros da elite usarem as idéias liberais de maneira mais ou menos uniforme tem a ver com a educação dessa elite, nos

²² FIORI, José Luís. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.51.

mesmos colégios e universidades. Até 1850, a maioria dos membros da elite que participava do governo foi educada em Coimbra, que era uma universidade mais conservadora. Assim o pensamento liberal produzido lá era menos radical e mais conservador.

Além de Coimbra, também nas faculdades de Direito, difundiram-se as idéias liberais no Brasil: em Olinda e em São Paulo.

Embora o pensamento liberal fosse bastante conhecido e difundido, no Brasil, a elite política imperial não desejava, nem tinha condições de realizar plenamente os princípios liberais, mas isso não a tornava menos liberal. Mesmo na Inglaterra ou na França o liberalismo era praticado com reservas, haja vista a trajetória de Robert Peel junto às finanças britânicas.

Os princípios liberais, capitaneados pela Inglaterra, potência hegemônica do período, acabaram não sendo seguidos pelo princípio nacionalista que era adotado pelos Estados tardios e que era defendido pelas nações que dispunham de mecanismos de *barganha* para confrontar-se com os interesses ingleses, ou que estivessem fora de sua área de influência direta. Assim, a incorporação dos princípios liberais ocorreu mediante filtros, fazendo com que, no caso brasileiro, o liberalismo adotasse uma feição protecionista.²³ Apesar das pressões britânicas, como por exemplo, para a extinção do tráfico de escravos, o governo imperial ofereceu resistências à adoção do receituário britânico.

Isso fez com que, no embate em torno de questões como a do mercado livre, das tarifas alfandegárias, da paridade monetária com a libra esterlina, entre outros, se revestisse, muitas vezes de falas pró Inglaterra e de falas bastante nacionalistas. Isso em meio ao uso de idéias não só consonantes com mais puro liberalismo clássico, mas também, de conceitos e doutrinas fisiocráticas e até de preceitos mercantilistas, o que revela a dinâmica do pensamento econômico no Brasil durante o século XIX.

Até 1850 a grande maioria dos membros da elite que participava do governo foi educada em Coimbra, uma universidade que nasceu na virada para o

²³ A semelhança do que ocorrera em Portugal. BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

século XIV e que no final do século XVIII tinha uma orientação iluminista, com um caráter reformista e pedagógico, mas profundamente conservador.²⁴ Ela contrastava dramaticamente com o pensamento liberal europeu, mais individualista, revolucionário e radical. O choque entre essas duas correntes, a matriz coimbriana no âmbito jurídico e a matriz liberal no âmbito político e social fazia-se sentir na jovem nação brasileira.

Especialmente nas faculdades de Direito, difundiram-se as doutrinas econômicas no Brasil: em Olinda havia a influência dos utilitaristas e em São Paulo a predominância maior foi da escola clássica em sua vertente francesa.²⁵ Ou seja, em São Paulo predominou a escola francesa mesclada com um certo ecletismo, com a presença de Sismondi, Chevalier e Mcleod.²⁶ Já em Olinda predominava a escola inglesa de Smith, Ricardo e Mill.

Um exemplo disto pode ser detectado no deputado paraense Bernardo de Souza Franco, que, em seus discursos, além de demonstrar conhecer o pensamento econômico europeu, também conhecia a atuação dos ministros da Fazenda norte-americanos: Hamilton, Wolcott, Gallatin — que ficou 12 anos à frente desta pasta —, Dallas e Wolbury, que citava com alguma frequência. Percebe-se que os brasileiros acompanhavam as tendências e os debates europeus acerca das questões monetárias. Isso pode ser constatado nas referências feitas ao semanário inglês *The Economist*.²⁷

O liberalismo no Brasil, no início do século XIX, acompanhava os debates e o pensamento produzido na Europa. Havia um diálogo com os autores europeus e boa parte das idéias defendidas eram bastante semelhantes. Como o Brasil era um país jovem, e durante o período regencial muitos conflitos surgiram,

²⁴ “O seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês, mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o iluminismo italiano...” CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996, p.57.

²⁵ Ibidem, p.9.

²⁶ Mcleod, escocês, escreveu *Elements of Political Economy* em 1858, bem como *Theory and Practice of Banking*, representa para Schumpeter um dos precursores da moderna teoria analítica do crédito bancário, na medida em que rejeitava a concepção de se distinguir capital de moeda e notas de depósitos bancários, definindo a economia como a ciência das trocas.

²⁷ Na sessão de 9 de junho de 1854, por exemplo, há referência a esse periódico.

parece que as idéias liberais servirão para alimentar algumas posições mais radicais, refletidas por exemplo na revolução farroupilha, onde os liberais gaúchos defendiam a separação do país.

Por outro lado, pode-se afirmar que o liberalismo brasileiro não se constituiu como uma ideologia burguesa crítica ao absolutismo, pois como diz Emília Viotti da Costa, a escravidão era seu limite. No capítulo 3 de sua obra, esta autora mostra que é preciso entender melhor a distância entre a retórica e as práticas liberais no Brasil. Para ela, ao transformar o liberalismo da teoria para a prática, os brasileiros retiraram seu caráter revolucionário.²⁸ Seu maior desafio era confrontá-lo com a escravidão e patronagem. No Brasil o liberalismo não foi mera adaptação ele era, sobretudo nos anos que se seguiram à emancipação política, uma arma contra os monopólios portugueses. Restrições comerciais. Assim, seus principais adeptos eram homens ligados à importação e à exportação, ou seja, ao grande comércio. Assim, era possível ser liberal em economia e conservador em política.

Outra autora que analisa o liberalismo brasileiro é Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves que em seu texto *Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820 – 1823)* mostra como antes e depois de 1808, as obras típicas da Ilustração francesa não deixaram de serem lidas e adotadas no Brasil. Por outro lado, esta ilustração, bem como o liberalismo professado tinham um caráter mais reformador que revolucionário, aliás, era bastante temido o processo político da França revolucionária. Considerados por alguns como conservadores, simpatizavam com o ideário de um liberalismo clássico, que conservava a figura do rei como representante da nação, mas que negava que a soberania pudesse residir no povo.²⁹

Para esta autora,

²⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.133.

²⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 81.

Tais livros franceses eram sempre ‘ímpios, sediciosos, inflamatórios e de uma execranda obscenidade, diretamente compostos e destinados para abalar e subverter o trono, o altar e os bons costumes’, devendo exercer-se particularmente contra eles a ‘severidade censória’, que exigia ‘medidas mais austeras e vigorosas do que contra a peste, cujo dano parece muito menor que o do moderno contágio mental e moral’³⁰

Para Lúcia Bastos, o termo liberal, entrou timidamente no vocabulário político, sendo inicialmente usado como sinônimo de “dadivoso”, ou seja, “o que é largo no dar”. Liberalizar, liberalíssimo, liberalmente; entretanto, não havia relação alguma delas com o princípio da liberdade política. Assim, “o bem da sua prática”, quanto a “liberdade”, transformando-se no “amigo da ordem e das leis”. Era o cidadão ideal, porque “ama o monarca, respeite-o, quando é respeitável, amaldiçoa-o, quando é indigno e tirano. “A opinião é livre”, “tem o direito de influir na administração do governo”.³¹ Pode-se portanto dizer que no Brasil o liberalismo tinha uma conotação mais moderada, sendo um instrumento usado para criar um discurso comum, visando a um equilíbrio de forças e entre os poderes.³²

Assim, ideário triunfante ao longo de todo o século XIX, pode-se dizer que o liberalismo foi objeto de intensos debates no Brasil desde os anos 70³³, embora tenha sido contemplado quase exclusivamente sob o prisma teórico-ideológico. Talvez fosse o caso de procurar compreendê-lo como um conjunto de

³⁰ Ibidem, p.83.

³¹ Ibidem, p.84 e seguintes.

³² Ibidem, p.88.

³³ Ver sobretudo SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, n.3, 1973, reproduzido como primeiro capítulo em *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998, p.13-28 e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo: Brasiliense, n.1, 1976, além de COSTA, Emília V. da. *Da monarquia à república, momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2002. E também WEFFORT, Francisco. Liberalismo e oligarquia. In: _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 e FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Mais recentemente ROUANET, Sérgio Paulo. Contribuição para a dialética da volubilidade. *Revista USP*, n.9, 1991, p.182, FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, n.17, 1993, p.27, BOSI, Alfredo. Formação ideológica na cultura brasileira. *Estudos Avançados*, 9 (25), p.275-293, 1995.

práticas.³⁴ Contemplá-lo como um exercício e como uma construção, visto constituir-se não só como um discurso, mas, como uma ação política e social lentamente construída, afinal, era um pensamento que, bem ou mal, fôra perseguido e adotado, a despeito de suas contradições. É impossível negar sua existência, seu conteúdo, seus limites e sua eficácia. Diferentes autores trataram da questão, e muitos de seus problemas ainda se encontram em debate³⁵.

Os políticos do Império foram estudiosos do liberalismo e das idéias políticas de seu tempo. Marcados pela tradição portuguesa ilustrada e autoritária, reproduziram muito desse conteúdo, acrescido de alterações e novas incorporações. Os autores que tentaram definir o liberalismo alertaram, grosso modo, para a dificuldade de sua compreensão e para a multiplicidade de suas vertentes na economia, na política e nas formas jurídicas.³⁶

O aprendizado político brasileiro, marcado pelas crises do governo de D. Pedro I e do período regencial, fortaleceu a defesa do constitucionalismo como única garantia contra o despotismo. Os políticos desconfiavam do poder. Assim, torna-se compreensível o porquê da leitura de autores como Jeremy Bentham, um dos prediletos de Paulino José Soares de Souza e de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Locke em sua defesa do poder baseado no consentimento individual era demasiadamente reformista, embora também fosse bastante cultuado. Tocqueville, cujas obras enfatizavam que a liberdade civil só aumentava na medida em que ampliava a regulamentação pelas leis, também era apreciado. Temos aí algumas das bases do liberalismo político brasileiro, fundamentado por preceitos de legalidade constitucional, governo legitimado e eleições regulares.

³⁴ Maria Odila revela que “a ideologia toma a forma de valores que se pretendem universais. Fazer a crítica das ideologias consiste justamente no exercício iconoclasta de trabalhar a historicidade dos conceitos e as mediações sociais do discurso. A interpretação é um processo crítico do conhecimento filtrado pela temporalidade, que estuda como se organizam e configuram as representações através do tempo”. MORAES, José G. Vinci de. & REGO, José M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed.34, 2002, p.201.

³⁵ Exemplo disso pode ser visto em GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

³⁶ Dentre diferentes autores relacionam-se Locke, Montesquieu, Benjamin Constant, Aléxis de Tocqueville, Benedetto Croce, Kelsen, Ortega y Gasset. Ver NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Tanto no plano político, quanto no plano econômico e social, o liberalismo brasileiro procurava materializar princípios como o racionalismo, o universalismo, o individualismo, o igualitarismo, o reformismo e o progresso.³⁷ Mas, ao fazê-lo, ao tornar-se uma práxis, enfrentou diferentes obstáculos impostos pela sociedade brasileira. De todos eles, o escravismo era o maior, embora a limitação do acesso ao poder para os homens livres pobres também deva ser destacada.

Vale lembrar que esse ideário não era exclusivamente europeu, pois também pontuava o debate verificado nas Américas. Não podemos desprezar, nesse sentido, a matriz do pensamento norte-americano. Os brasileiros do século XIX sabiam das dificuldades de tomar a Europa como espelho ou modelo e, além disso, muitos homens do governo nutriam apreço pelo federalismo e pelas instituições norte-americanas.

Em nosso liberalismo havia traços da Ilustração ibérica e permanências da política pombalina, ou seja, vestígios de um pensamento social conservador e autoritário. Observando o comportamento da elite política portuguesa, percebe-se, de maneira clara, que os construtores do Estado brasileiro e seus principais agentes herdaram muitas de suas práticas. Uma política auto-defensiva, reformista, que valorizava a integridade do Império e que mantinha monopólios e privilégios.

A difusão do ideário liberal no Brasil, durante o século XIX, serviu para firmar o consenso necessário para a formação de uma classe dirigente, cuja formação era similar, ao mesmo tempo em que justificava a economia mercantil escravista, ocultando contradições sociais internas, baseando-se na impessoalidade das leis e nos princípios da constitucionalidade. Nesse sentido, o discurso liberal assumiu um duplo registro: serviu para marcar o compasso com as idéias européias “modernas” e para criar uma imagem de progresso, que justificava uma atuação política, por vezes ambígua e contraditória, mas que se firmava como consensual.

³⁷ MACEDO, Ubiratan B. de *O liberalismo moderno*. São Paulo: Lis Gráfica, 1997, p.16.

Finalizando, pode-se afirmar que as raízes do pensamento liberal brasileiro se encontram na Ilustração portuguesa, paradigma ideológico das elites brasileiras até o surgimento das academias de Direito no Brasil.³⁸ Para superar seus próprios entraves, o Reino de Portugal teve que, amparado pelos princípios da Ilustração, impor-se, conciliando individualismo e autoridade do Estado, visto como o garantidor da segurança e do desenvolvimento do país. Ao observar o comportamento da elite política portuguesa, percebe-se que os construtores do Estado brasileiro e seus principais agentes herdaram muitas de suas práticas, como uma política auto-defensiva, reformista, que valorizava a integridade territorial e que mantinha monopólios e privilégios.

O liberalismo português, livre dos excessos revolucionários, deliberadamente identificados com a anarquia, inspirado em Locke e em Verney, constituiu os traços essenciais do liberalismo brasileiro, acrescido de algumas modificações. Autores iluministas censurados, como Montesquieu e Locke, no Brasil, foram reabilitados, apresentando os fundamentos necessários para a instauração e manutenção da ordem: racionalidade, direito à propriedade e supremacia do Estado como mantenedor da ordem social e promotor do desenvolvimento.

Em alguns debates parlamentares, é possível verificar que aos políticos imperiais não faltou a clareza da situação: havia necessidade de conciliar esse histórico das idéias liberais com as especificidades da realidade brasileira. A discussão travada entre o deputado Souza Franco e o visconde de Itaboraí é ilustrativa. Franco afirma, em 25 de abril de 1850:

não tenho receio de sustentar essas idéias [liberais], e de lhes anunciar o triunfo futuro, porque confesso que não são propriamente minhas; eu as bebi nesses gigantes financeiros de países gigantes nas ciências, nas artes, nas

³⁸ Ver FALCON, Francisco José C. *A época pombalina* (política econômica e monarquia ilustrada). São Paulo: Ática, 1993 e DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *RIHGB*, v.278, p.100-170, 1982.

indústrias, e no comércio, em comparação a nós, que ainda somos pigmeus.³⁹

Ao que lhe retruca o ministro da Fazenda Rodrigues Torres:

Disse-se que o ministro da fazenda devia lembrar-se do que se tem praticado em outros países, das medidas adotadas pela Áustria, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Senhores, eu entendo que obraria mal, que seria precipitado o ministro, que por ter lido que em alguns países se praticam certas coisas, as quisesse imediatamente adotar no Brasil, sem examinar se as circunstâncias do seu país são idênticas às daquele que quer imitar (...). Tenho procurado interar-me de algumas coisas que se têm feito em outros países sobre o meio circulante, e as julgo quase todas inaplicáveis às circunstâncias em que nos achamos.⁴⁰

Em 1838, Clemente Pereira disse que, para se atingir a liberdade, mantendo a segurança e a ordem do Império, era preciso reformar a legislação, reorganizar o Exército e a Marinha, bem como estabelecer uma política monetária. No mesmo debate, no Parlamento, Vasconcelos alertou que era preciso difundir *as luzes*.

Ao tratar do excesso de apólices circulando no mercado, o deputado Vianna fala a Souza Franco que os saquaremas eram forçados a esse expediente para contornar as dívidas deixadas pelos ministérios *chamados* liberais. “Chamados por quê?”, retruca o deputado pelo Pará. “Todos nós somos liberais”, responde-lhe Vianna.⁴¹

Essas considerações permitem avaliar as vicissitudes do liberalismo no Brasil, pois o diálogo intenso com a economia política clássica era materializado por práticas protecionistas e filtrado por idéias conservadoras de uma elite em

³⁹ APB, 1850, p.482.

⁴⁰ APB, 1850, p.485.

⁴¹ APB, 1850, p.241.

formação, que se consolidava ao construir o Estado imperial e ao confirmar a ordem escravista.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil: teoria e ação do pensamento abolicionista*. São Paulo: Pioneira, 1967.

BENTIVOGLIO, Julio C. *O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica imperial (1840-1860)*. São Paulo, 2002. Tese de doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

BORGES, Vavy P. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, v.12, n.23/24, 1992.

BOSI, Alfredo. Formação ideológica na cultura brasileira. *Estudos Avançados*, 9 (25), p.275-293, 1995.

BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1978, vol. ,

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais do Parlamento Brasileiro* (nas citações seguintes APB). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vários anos.

CARVALHO, José M. (org). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999 (Coleção Formadores do Brasil, 2).

CARVALHO, José M. *Teatro de sombras & A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume Dumará, 1999.

CHACON, V. *História dos partidos brasileiros: discurso e praxis dos seus programas*. Brasília: UnB, 1981 (Temas Brasileiros, 5).

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.9.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *RIHGB*, v.278, p.100-170, 1982.

FALCON, Francisco José C. *A época pombalina* (política econômica e monarquia ilustrada). São Paulo: Ática, 1993.

FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Câmpus, 1997, p.91-126.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, n.17, 1993.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FIORI, José Luís. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.51.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo: Brasiliense, n.1, 1976.

GREMAUD, Amaury P. *Das controvérsias teóricas à política econômica: o pensamento econômico e a economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. São Paulo, 1997. Tese de doutorado em Economia. Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo Moderado: Postulados ideológicos e Práticas Políticas no Período Regencial (1831 – 1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.105.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira, t.2, v.5).

JULIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1969, p.85.

MACEDO, Ubiratan B. de *O liberalismo moderno*. São Paulo: Lis Gráfica, 1997, p.16.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820 – 1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.80.

NOGUEIRA, Marco A . *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *Astúcia Liberal*. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro. Bragança Paulista: Edusf / Ícone, 1999.

PEIXOTO, Antônio Carlos Peixoto. Liberais ou Conservadores? In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Faperj / Relume Dumará, 2002.

ROUANET, Sérgio Paulo. Contribuição para a dialética da volubilidade. *Revista USP*, n.9, 1991, p.182.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998, p.13-28.

WEFFORT, Francisco. Liberalismo e oligarquia. In: _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹ Bolsista de iniciação científica. Curso de História – Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão. karlactl@hotmail.com

² Orientador/Curso de História/UFG-CAC, Julio Bentivoglio juliobentivoglio@gmail.com